



Dia do Orgulho Gay em Minas é marcado por amplo debate em palestras realizadas na Defensoria de Minas

Garantia de adoção de um acolhimento humanizado e adequado foi o tema escolhido pela Defensoria de Minas para trazer à tona questões de relevância para a população LGBTQIA+

O direito à diferença. A interrupção do racismo estrutural. O combate a homofobia, à transfobia. À violação de direitos humanos. A garantia da diversidade sexual. A luta contra o discurso de ódio. O preconceito. Lei Maria da Penha. A importância de legitimidade da diversidade sexual nos ambientes de trabalho, dentro de casa. Em todos os lugares. Principalmente no sistema de justiça, com o direito de livre escolha. A quebra de paradigmas a partir do simples ato de aceitar e incluir sem ofender, agredir, machucar, discriminar. Respeitar e garantir o livre direito de ser: transexual, homossexual, travesti, não binário. Cidadão ou cidadã do jeito que se reconhece. Vidas em jogo. São questões que, diante de uma sociedade ainda excludente, clamam por espaço e pela

necessidade de despertar para a realidade de uma população que, claramente, ainda se vê à margem, hipervulnerabilizada.

Na terça-feira (28/6), data em que se celebra o Dia Internacional do Orgulho Gay, o auditório da Defensoria mineira foi o espaço e o lugar de fala escolhido para discussão de questões amplamente debatidas e pautadas nos diversos ambientes sociais. Nele, defensoras e defensores públicos, representantes do Ministério Público, da sociedade civil, servidoras e servidores, ativistas e lideranças sociais se mobilizaram para discutir os desafios que envolvem e tratam de temas atuais de grande repercussão e complexidade em pleno século 21.

[LEIA + PÁGINA 2](#)

Defensoria Pública de Minas faz consulta ao TRE/MG para garantir o exercício do direito ao voto por transexuais e travestis nas eleições

Documento ganhou relevância a partir dos mutirões da DPMG em favor da comunidade LGBTQIA+, ocorridos simultaneamente em Uberlândia, Patos de Minas e Ituiutaba

[PÁGINA 3](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

DPMG atua na apuração e recomendação da vacinação de crianças e adolescentes em Nova Lima

[PÁGINA 3](#)

Mutirão da Defensoria de Minas faz cerca de 300 atendimentos a internos do presídio regional de Barbacena

[PÁGINA 4](#)

NESTA EDIÇÃO

- > Escola Superior [PÁGINA 2](#)
- > Ações em destaque [PÁG. 2, 3 e 4](#)
- > Inspirando novas atitudes [PÁG. 4 e 5](#)
- > Institucional • Mundo oficial [PÁGINA 6](#)
- > Nota de pesar [PÁGINA 6](#)
- > Deu na mídia • Publicações • Cursos [PÁGINA 7](#)
- > Procedimentos e comunicados internos [PÁG. 8 e 9](#)

ESCOLA SUPERIOR

Dia do Orgulho Gay em Minas é marcado por amplo debate em palestras realizadas na Defensoria Pública de Minas

Na data em que se celebra o Dia Internacional do Orgulho Gay, 28 de junho, a garantia de adoção de um acolhimento humanizado e adequado foi o tema escolhido pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) para trazer à tona questões de relevância para a população LGBTQIA+. Diante de uma sociedade ainda excludente, tais questões têm sido amplamente debatidas e pautadas nos diversos ambientes sociais e clamam pela necessidade de despertar para a realidade de uma população que, claramente, ainda se vê à margem, hipervulnerabilizada.

O auditório da Defensoria mineira foi o espaço e o lugar de fala escolhido para mais uma discussão, onde defensoras e defensores públicos, representantes do Ministério Público, da sociedade civil, servidoras e servidores, ativistas e lideranças sociais se mobilizaram para discutir os desafios que envolvem e tratam de temas atuais de grande repercussão e complexidade em pleno século 21.

O defensor público Paulo César Azevedo, coordenador de Tutela Coletiva da DPMG, foi o mediador das discussões da palestra da manhã, com o tema “Sistema de Justiça: Representatividade e Garantia dos Direitos LGBTQIA+”, chamando a atenção para a atual construção social

imposta que impedem o pleito de direitos à população LGBTQIA+.

Convidadas a palestrar, as defensoras públicas Maria Cecília Pinto de Oliveira, coordenadora da Defensoria Especializada na Defesa dos Direitos da Mulher Vítima de Violência (Nudem-BH), e Ana Paula Machado Nunes, com atuação na área Cível, falaram sobre as rotinas de acolhimentos prestados a assistidas e assistidos.

Acolhimento – Na programação da tarde a palestra teve como tema “Acolhimento Humanizado e Adequado da População LGBTQIA+ na DPMG”. Na mesa de debates e como mediador das discussões, o defensor público em atuação na Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais, Vladimir de Souza Rodrigues; a coordenadora do Centro Psicossocial da Defensoria de Minas, psicóloga Luciana Raquel Azevedo, e dois convidados: a ativista social e mulher trans Juliana Beatriz e o advogado e trans masculino Rane Karan Salim.

O evento teve formato híbrido, presencial e com transmissão ao vivo pelo canal da Defensoria de Minas no YouTube.

[Leia a matéria na íntegra e acesse os vídeos das palestras](#)



A defensora-geral Raquel da Costa Dias abriu a programação do dia, seguida de palestra com a participação do defensor público Paulo César Azevedo como mediador, das defensoras públicas Maria Cecília Oliveira e Ana Paula Nunes, e do procurador da República, Helder Magno da Silva

– FOTO: MARCELO SANT’ANNA/DPMG



Na parte da tarde, a coordenadora do Centro Psicossocial da DPMG, Luciana Raquel Azevedo, o defensor público Vladimir Rodrigues, a ativista social Juliana Beatriz e o advogado Rane Karan Salim falaram sobre acolhimento humanizado

– FOTO: CLAUDINEI SOUZA/DPMG

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria de Minas faz consulta ao TRE/MG para garantir o exercício do direito ao voto por trans e travestis nas eleições

A garantia de cidadania e direito ao voto de pessoas transexuais e travestis que readequaram prenome e gênero em seus registros civis durante o prazo de fechamento do cadastro eleitoral têm sido alvo de atuação da Defensoria Pública de Minas Gerais DPMG. Alinhado ao trabalho de promoção de mutirões ligados às identidades LGBTQIA+, defensoras e defensores públicos que atuam na

capital e no interior enviaram ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MG) consulta para garantir o direito de voto das pessoas transgênero que retificarem o prenome em seus documentos no período de fechamento do cadastramento eleitoral, ou seja, dentro do prazo de 150 dias que antecedem as eleições de 2022.

continua >>

AÇÕES EM DESTAQUE • CONTINUAÇÃO

Defensoria de Minas faz consulta ao TRE/MG para garantir o exercício do direito ao voto por trans e travestis nas eleições

Segundo um dos defensores públicos que assinaram o ofício, Paulo César Azevedo de Almeida, também coordenador estratégico em Tutela Coletiva da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), “as pessoas trans que participarem de mutirões da DPMG e fizerem a readequação de prenome e gênero no registro civil devem ter assegurado o direito de voto, apesar da discrepância entre o documento de identidade e o título eleitoral, provocada pelo período de fechamento de cadastro. Essa atuação da Defensoria busca garantir a efetiva participação política e cidadã de pessoas LGBTQIA+, superando a invisibilidade e a exclusão que atingem historicamente esse grupo. Não há melhor maneira de se celebrar o Mês do Orgulho”, disse o defensor público.

O documento foi encaminhado ao desembargador vice-presidente e corregedor-geral do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, Maurício Torres Soares. Assinaram a consulta, além Paulo César Azevedo, o defensor público Evaldo Gonçalves da Cunha e as defensoras públicas Cyntia Blanco Cassebe Basetto, Bárbara Silveira Machado Bissochi e Caroline Loureiro Goulart Teixeira, esta, chefe de Gabinete da Defensoria-Geral.

Defensoras e defensores públicos sustentaram a consulta na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em que “numa ação direta de inconstitucionalidade, reconheceu o direito da pessoa transexual à alteração do prenome e do marca-

dor de gênero no registro civil, independentemente da realização prévia de qualquer cirurgia, tratamento hormonal, emissão de laudo médico ou psicológico ou de procedimento judicial, em respeito ao direito da pessoa ao nome, à personalidade, à liberdade, à honra e à vida privada, com a finalidade de exposição a situações vexatórias e atentatórias à sua dignidade”.

Mutirões da DPMG em favor da comunidade LGBTQIA+

O envio do documento de consulta ao TRE mineiro ganhou relevância, em razão da promoção do 1º Mutirão Regional de Alteração de Prenome e Gênero da Pessoa Trans, ocorrido simultaneamente nas unidades da DPMG nas comarcas de Uberlândia, Patos de Minas e Ituiutaba, entre os dias 20 e 24 de junho de 2022.

O evento – realizado em parceria com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), por intermédio do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania (Cejuscc) – teve o objetivo de garantir à população hipossuficiente o direito à modificação do prenome e do gênero de pessoas trans de forma gratuita. Tais alterações poderiam ser feitas diretamente em cartório, mas de forma onerosa.

[Saiba mais sobre as questões levantadas pela Defensoria de Minas e os esclarecimentos prestados pelo TRE](#)

DPMG atua na apuração e recomendação da vacinação de crianças e adolescentes em Nova Lima

A defensora pública Daniele Bellettato Nersala, coordenadora estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes



Presentes na reunião, da esquerda para a direita: o secretário de Educação, Pedro Dornas; a gestora de Projetos Estratégicos, Micheline Xavier; a assistente social da Secretaria de Educação, Lais Seabra; a subsecretária de Saúde, Cassia Lopes; a defensora pública Daniele Bellettato; o defensor público Paulo César Azevedo; e o secretário da Saúde, Guilherme Riccio

(CEDEDICA), e o defensor público Paulo César Azevedo de Almeida, à frente da Coordenadoria Estratégica em Tutela Coletiva (CETUC) da Defensoria Pública de Minas Gerais, realizaram uma visita, no final de junho, à Prefeitura de Nova Lima, com o intuito de debater a respeito do avanço de políticas públicas na vacinação de crianças e adolescentes do município.

Por intermédio de uma recomendação conjunta, foram sugeridas pela Defensoria de Minas Gerais implementações no município, como a coleta de informações sobre as taxas de cobertura vacinal e o início de campanhas de vacinação desenvolvidas pela Prefeitura. Ainda, por meio da recomendação, faz-se necessária a busca ativa por crianças e adolescentes não vacinados contra Covid-19 e demais doenças para as quais existem imunizantes e incluídas no Calendário Nacional de Vacinação, como forma de conscientização à população.

[Leia a matéria na íntegra](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Mutirão da Defensoria de Minas faz cerca de 300 atendimentos a internos do presídio regional de Barbacena

A Defensoria Pública de Minas Gerais promoveu entre os dias 20 e 24 de junho mais um mutirão de atendimento aos detentos do presídio regional do município de Barbacena, localizado no Campo das Vertentes, a 169 quilômetros de Belo Horizonte. Na ação, realizada pela Instituição ao longo de cinco dias, quatro defensoras e defensores públicos se mobilizaram para atender – diariamente – cerca de 60 internos, totalizando mais de 300 atendimentos prestados durante todo o mutirão.

À frente dos trabalhos, a defensora pública Delma Messias destacou a importância do mutirão promovido pela Defensoria aos mais de 300 internos que cumprem pena no local. Segundo

ela, é condição prevista em lei. “Como órgão da execução penal, a Defensoria Pública de Minas Gerais – como previsto na Lei de Execução Penal, nº 7210/1984 – tem o dever de zelar pela regularidade do funcionamento do sistema prisional. Além de fazer o trabalho rotineiro de atendimentos e pedidos dos presos em geral, ela tem a função fiscalizatória de cumprimento da pena, sendo salutar que tome medidas que evitem prejuízos aos internos em geral. Esse é o motivo para a realização do mutirão como forma de manter a regularidade dos direitos de todos os internos do presídio de Barbacena”, disse a defensora pública.

Defensoria Pública presta atendimento durante mutirão promovido no presídio de Barbacena

As principais demandas do mutirão estão relacionadas aos atendimentos sobre direito à progressão, direito à remição de pena, livramento condicional que, em muitos casos, não são concedidas a tempo. Delma Messias também destacou que existem demandas que envolvem correções de cálculos de penas – às vezes com erros na forma de interpretação –, além de atendimentos e encaminhamentos de saúde, como exames médicos.

[Leia a matéria na íntegra](#)



INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

Defensores públicos participam de oficinas no 9º Congresso das APACs em Minas Gerais

O defensor público Paulo César Azevedo de Almeida, membro da Câmara de Estudos de Igualdade Étnico-Racial, Identidade de Gênero e Diversidade Sexual, e a defensora pública Ana Paula Carvalho Starling Braga, em atuação na Defensoria de Execuções Penais em Belo Horizonte, participaram de oficinas durante o 9º Congresso das APACs, realizado entre os dias 22 a 25 de junho, no SESC Venda Nova, em Belo Horizonte.

Paulo César Azevedo Almeida integrou a oficina “Desafios de gênero e sexualidade na metodologia APAC”. Já Ana Paula Carvalho Starling Braga

participou da oficina “Mudanças na Lei de Execução Penal e seus impactos na metodologia”.

50 anos da FBAC – Neste ano o Congresso das APACs celebrou os 50 anos da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC), organizadora do evento, e teve como mote o tema “Ninguém é irrecuperável”. Funcionários das APACs, recuperandas e recuperandos, parceiros e autoridades participaram de diversas programações relacionadas ao assunto

[Leia matéria na íntegra](#)



A defensora Ana Paula Carvalho Starling em seu pronunciamento



O defensor público Paulo César Azevedo em sua participação no Congresso das APACs

INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

Defensor público debate sobre taxatividade do rol de coberturas da ANS em audiência na Câmara de Uberlândia

O defensor público Fernando Vilefort participou de audiência pública na Câmara Municipal de Uberlândia que discutiu a decisão recente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de tornar taxativo o rol de procedimentos e eventos estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde (ANS). A medida permite que as operadoras de planos de saúde sejam obrigadas a cobrir apenas tratamentos previstos na lista.

Solicitada pela Comissão da Pessoa com Deficiência e da Pessoa com Doença Rara, a reunião aconteceu no dia 27 de junho. Participaram vereadores, representantes da área jurídica e mães de filhos com deficiência. Os participantes questionaram a viabilidade e constitucionalidade da alteração para o acesso de todos à saúde. Para os debatedores, esta decisão prejudica especialmente pessoas que dependem de tratamentos custosos, como as com deficiência e doenças raras.



O defensor público Fernando Vilefort durante a audiência pública

Fernando Vilefort defendeu que o rol de procedimentos e eventos da ANS continue exemplificativo, representando um piso de cobertura e não um teto. “O julgamento do STJ, que alterou a jurisprudência, é inconstitucional, haja vista que se valeu de ética de justiça utilitarista, em detrimento da ética de justiça equitativa adotada pela Constituição Federal em relação ao direito à saúde”, afirmou o defensor público.

[Leia na íntegra](#)

REPARAÇÃO BRUMADINHO

Região atingida terá obra iniciada na MG-060 e novos editais, conforme definição em consulta popular

Trecho Esmeraldas-São José da Varginha começa a ser pavimentado; já ponte sobre o Rio Paraopeba e trecho Papagaios-Pompéu têm editais publicados. Investimento soma R\$ 581 milhões

Parte das obras previstas do Acordo de Reparação de Brumadinho, foi autorizado na quinta-feira (30/6) o início das obras de pavimentação do trecho da rodovia MG-060, entre Esmeraldas e São José da Varginha. Também saíram os editais de licitação para o projeto da ponte sobre o Rio Paraopeba, em Papagaios e para a obra do trecho Papagaios-Pompéu, também na MG-060.

Outros três editais têm publicação prevista para ocorrer ao longo de 2022. Estas seis obras serão realizadas na região atingida pelo rompimento das barragens da Vale, em Brumadinho, e custeadas via termo de reparação. Os investimentos somam R\$ 581 milhões.

Os projetos foram selecionados pelos compromitentes do Acordo Judicial assinado com a Vale, entre eles a Defensoria Pública de Minas Gerais. Os outros são o Governo de Minas, Ministério Público de Minas Gerais e Ministério Público Federal.

A seleção se deu após a Consulta Popular realizada nos municípios atingidos da Bacia do Rio Paraopeba, em novembro de 2021. As seis obras rodoviárias foram propostas pelas comunidades e pelas prefeituras e foram amplamente priorizadas no processo consultivo, que contou com a participação de mais de 10 mil pessoas.

[Leia na íntegra](#)

Casamento Comunitário

Ipatinga

Inscrições abertas!



Casais residentes no município e que sonham se casar, mas não têm condições de arcar com as taxas dos cartórios, podem procurar a Defensoria e se inscrever.



INSTITUCIONAL

Defensora-geral faz visita de cortesia ao presidente do TRE-MG

FOTO: MARCELO SANT'ANNA/DPMG



Na quarta-feira (29/6), a defensora pública-geral do Estado, Raquel da Costa Dias, fez uma visita institucional de cortesia ao presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG), desembargador Maurício Soares.

Estavam presentes no encontro a chefe de Gabinete da Defensoria Pública-Geral, Caroline Loureiro Goulart Teixeira, e o defensor público Marcos Lourenço Capanema de Almeida, que também atua como membro substituto da Corte do Tribunal, na classe de jurista.

MUNDO OFICIAL

Defensoria de Minas participa de solenidade pelo Dia do Bombeiro

A Defensoria Pública de Minas Gerais participou na manhã da quinta-feira (1/7) da entrega da medalha da Ordem do Mérito Imperador Dom Pedro II e da comenda Bombeiro Honorário.

A solenidade, realizada no auditório JK, na Cidade Administrativa – sede do Governo de Minas – contou com a presença do defensor público auxiliar da Defensoria-Geral, Guilherme Deckers.

O evento é parte das comemorações do Dia Nacional do Bombeiro (celebrado em 2 de julho) e foi conduzida pelo comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, coronel BM Edgard Estevo da Silva.



Comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, coronel BM Edgard Estevo da Silva, e o defensor público Guilherme Deckers durante cerimônia de comemoração pelo Dia Nacional do Bombeiro

FOTO: ISABEL DAHER/DPMG



NOTA DE PESAR

Defensor público Paulo Henrique Mariosa

Com profundo pesar, a Defensoria Pública de Minas Gerais comunica o falecimento do defensor público Paulo Henrique Mariosa, na quinta-feira (30/6), em Itajubá.

O velório foi realizado na Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) e o sepultamento no Cemitério Paroquial local, no dia 1º/7.

Paulo Henrique Mariosa iniciou na Defensoria Pública de Minas Gerais em 1996, por meio do 2º concurso para ingresso carreira. Designado para Itajubá, atuou, ainda, em cooperação na Defensoria em São Lourenço. Foi membro dos Conselhos da Comunidade de São Lourenço e de Itajubá. Em sua atuação expressiva, principalmente na comarca de Itajubá, no Sul de Minas,



onde atuou por mais de 23 anos, o defensor público Paulo Henrique Mariosa deixa grande legado de entrega, dedicação e intenso trabalho em favor dos menos favorecidos.



DEU NA MÍDIA

Defensor público aborda entrega voluntária de crianças para adoção em casos de estupro e outras circunstâncias em programa de TV

O defensor público Wellerson Eduardo da Silva Corrêa, em atuação na Defensoria Especializada nos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), repercutiu a entrega legal de crianças para adoção e os critérios legais que estabelecem essa prática no Brasil no programa *Segurança Jurídica*, no Canal Viver Brasil, em Belo Horizonte, no dia 29 de junho.

O assunto ganhou ampla repercussão na sociedade brasileira depois que a atriz Klara Castanho – de 21 anos – publicou uma carta aberta nas redes sociais revelando ao público que havia sido vítima de estupro, engravidado e dado a criança para adoção, como prevê a lei. O fato em si e a decisão tomada pela atriz dividiram opiniões.



O defensor público Wellerson Eduardo Corrêa (*na foto, à direita*) abordou várias questões relacionadas ao assunto à luz da lei, em um bate-papo com o apresentador do programa, Gustavo Cesar de Oliveira.

[Assista aqui no canal do YouTube](#)

CASAMENTO COMUNITÁRIO

Inscrições para casamento comunitário em Ipatinga terminam no dia 4

[Diário do Aço](#)

Defensoria Pública de Minas abre inscrições para o Casamento Comunitário em Ipatinga

[Rádio Vanguarda](#)

MUTIRÃO EM BARBACENA

Defensoria Pública constata irregularidades no presídio de Barbacena

[TV Globo](#)

[Veja outros destaques](#)

PUBLICAÇÕES • CURSOS



[Acesse aqui o Edital e o Aditivo nº 1 com a prorrogação do prazo](#)

Defensoria Pública de Minas e ESDEP promovem Formação Continuada em Gênero e Raça/Etnia – IV Módulo, com o tema:

A partir do olhar interseccional, quais devem ser as diretrizes da Defensoria Pública no enfrentamento à criminalização da pobreza?

6 de Julho 14h às 16h

MEDIADORA: DRA. LILIANA FONSECA

FACILITADORAS: DRA. ALESSIA TUKÁ, SANDARA AMAZZI

TRANSMISSÃO: Youtube.com/c/defensoriamineira

BOLETIM INFORMATIVO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Produção e diagramação: Assessoria de Comunicação/Comunicação Visual/DPMG



@defensoriamineira



c/defensoriamineira



@defensoriamg



www.defensoria.mg.def.br

IMPORTANTE: Faça seu login no 'Gerais' antes de clicar nos links

PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS

DEFENSORIA-GERAL

Abertura de consultas para cooperação voluntária e temporária

>> *Inscrições devem ser feitas por e-mail direcionados para cooperacao@defensoria.mg.def.br*

- **Belo Horizonte/ DEDICA Infracional** – análise e adoção das providências necessárias, acerca das medidas urgentes em trâmite no SEEU, durante os finais de semana, pontos facultativos e feriados do segundo semestre de 2022. Inscrição por e-mail, até as 12h do dia 30/06/2022.

[Resolução nº 932/2022](#)

- **Belo Horizonte/Barreiro – 1ª e na 2ª Defensorias Cíveis:** de 8/julho a 7/dezembro/2022, podendo ser prorrogado ou antecipado. Inscrição por e-mail, até as 12h do dia 04/07/22.

[Resolução nº 945/2022](#)

- **Betim/Mutirão do júri** – nos meses de agosto e setembro. Inscrição por e-mail, até as 13h do dia 06/07/2022.

[Resolução nº 905/2022](#)

- **Pirapora /Defensoria Criminal** – de 11/julho/2022 a 16/dezembro/2022, podendo ser prorrogado, interrompido ou antecipado. Inscrição por e-mail, até às 13h do dia 7 de julho de 2022.

[Resolução nº 958/2022 \(DODP 02/07/2022\)](#)

- **Uberaba/2ª Defensoria das Famílias** – de 14/julho a 12/agosto/2022, podendo ser prorrogado, interrompido ou antecipado. Inscrição por e-mail, até às 13h do dia 7 de julho de 2022

[Resolução nº 950/2022 \(DODP 02/07/2022\)](#)

- **Uberlândia**
Defesa da Mulher Vítima de Violência – de 25/julho/2022 a 25 de janeiro/2023.

[Resolução nº 951/2022 \(DODP 02/07/2022\)](#)

Juizados Especiais Criminais – atendimentos, audiências, elaboração de petições e o acompanhamento processual das demandas, incluído o acervo já existente, além da atuação extrajudicial. De 25/julho/2022 a 25/janeiro/2023.

[Resolução nº 952/2022 \(DODP 02/07/2022\)](#)

Defensoria Cível e Fazendária – de 25/julho/2022 e término em 25/janeiro/2023.

[Resolução nº 954/2022 \(DODP 02/07/2022\)](#)

5ª Defensoria das Famílias – de 25/julho/2022 a 25/janeiro/2023.

[Resolução nº 956/2022 \(DODP 02/07/2022\)](#)

>> *Inscrições por e-mail, até às 13h do dia 8/7/2022*

CS / CG

Atos normativos para a conduta funcional durante as eleições

O Conselho Superior da Defensoria Pública e a Corregedoria-Geral da DPMG ressaltam a necessidade de observância, por parte de defensores e defensoras, servidores e servidoras, empregadas e empregados públicos, da Deliberação CSDPMG nº 047/2018 e a Instrução Normativa CG n.08/2020.

Os documentos dispõem sobre as normas para atividade político-partidária, recomendando a necessária cautela e moderação nas eleições que se aviznam, especialmente no tocante às publicações em redes sociais.

[Deliberação CSDPMG nº 047/2018](#)

[Instrução Normativa CG nº 08/2020](#)

CS/DPG

Alteração nos critérios para compensação de dias de crédito decorrente de plantões e atividades extraordinárias

[Deliberação 248, que altera a Del. 190/2021](#)

[Acesse aqui a Deliberação nº 190/2022](#)

[Resolução DPG nº 957/2022 regulamenta a anotação e o registro dos créditos](#)

Abertura de consulta e habilitação para conversão de dias de crédito

[Leia a Consulta 010/GAB/DPG/2022](#)

CONSELHO SUPERIOR

Calendário de sessões ordinárias para o segundo semestre de 2022

[Deliberação nº 250 / 2022](#)

1ª sessão extraordinária virtual do Conselho Superior da DPMG

De 4 a 11 de julho será realizada a 1ª sessão extraordinária virtual do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

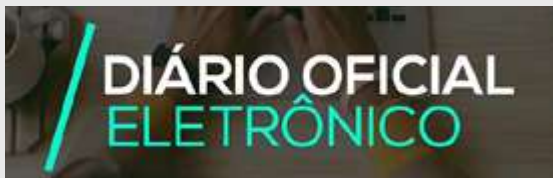
[Acesse aqui a pauta da reunião.](#)

CORREGEDORIA-GERAL

Inspeção presencial na Unidade em Igarapé

Dia 2 de agosto, a partir das 9h30.

[Portaria nº 025/2022/CGDPMG \(DODP 02/07/2022\)](#)



[Acesse aqui outras publicações](#)

CDI/CÂMARA DE ESTUDOS

Nova redação do art. 5º, IV da Deliberação n.110/2019

Câmara de Estudos Institucionais e Estudos de Controle de Constitucionalidade e Convencionalidade

[Deliberação nº 253 / 2022](#)

Câmara de Famílias divulga nova edição do “Tirinhas de Famílias”

[Acesse aqui a edição de junho](#)

continua >>

IMPORTANTE: Faça seu login no 'Gerais' antes de clicar nos links

PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS

>> *continuação*

4ª edição do Boletim dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes

A publicação contém decisão da Suprema Corte, nota técnica da Anadep, jurisprudência sobre medida socioeducativa e atualização legislativa; além de sugestão de documentário ligado à temática.

[Clique para ler.](#)

Câmara de Direitos Humanos divulga "Fica a Dica com o tema População de Rua

[Fica a Dica PopRua](#)

>> *As edições dos boletins da Câmaras encontram-se disponíveis também nas respectivas pastas em "Base de Conhecimento", no One Drive.*

[Acesse aqui a página "Base de Conhecimento"](#)

Série de cards "Entenda o SEI na Defensoria"

A Defensoria Pública de Minas Gerais iniciou, na semana passada, uma série de cards, veiculados às terças e quintas-feiras, para prestar informações e orientações sobre o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), implantado pela DPMG



sei!
Sistema Eletrônico de Informações
Entenda o SEI na Defensoria

Funcionalidades do SEI:

- ✓ Controle de prazos
- ✓ Estatísticas
- ✓ Pesquisa em todo teor
- ✓ Acompanhamento especial
- ✓ Modelos de documentos
- ✓ Textos padrão
- ✓ Tempo e sobrestamento de processos da Base de Conhecimento
- ✓ Assinatura e organização de processo em bloco
- ✓ Organização de processos em bloco
- ✓ Acesso externo
- ✓ Entre outras funções

 DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS



sei!
Sistema Eletrônico de Informações
Entenda o SEI na Defensoria

SEI DPMG

No site da Defensoria Pública já está disponível material desenvolvido pela Administração do SEI, para consulta:



defensoria.mg.def.br/portal-sei/

- ✓ Manuais
- ✓ Passo a passo
- ✓ Lista de siglas das unidades
- ✓ Relação e Multiplicadores
- ✓ Lista de formulários disponíveis no sistema

 DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

//